

Lances dos fornecedores			
Identificação do fornecedor	▲ Valor do lance (R\$)	◆ Data do lance	Hora do lance
F000177	8.844.960,00	09/05/2019	11:50:19
F000185	8.845.000,00	09/05/2019	11:50:18
F000177	8.849.952,00	09/05/2019	11:50:13
F000185	8.850.000,00	09/05/2019	11:50:11
F000177	8.854.966,00	09/05/2019	11:50:05
F000185	8.855.000,00	09/05/2019	11:50:04
F000177	8.859.970,00	09/05/2019	11:49:55
F000185	8.860.000,00	09/05/2019	11:49:54
F000177	8.862.969,00	09/05/2019	11:49:46
F000185	8.863.000,00	09/05/2019	11:49:45
F000177	8.864.964,00	09/05/2019	11:49:39
F000185	8.865.000,00	09/05/2019	11:49:37
F000177	8.869.952,00	09/05/2019	11:49:28
F000185	8.870.000,00	09/05/2019	11:49:27
F000177	8.872.000,00	09/05/2019	11:49:15
F000185	8.873.000,00	09/05/2019	11:49:19
F000177	8.873.957,00	09/05/2019	11:49:04
F000185	8.874.000,00	09/05/2019	11:49:03
F000177	8.875.000,00	09/05/2019	11:48:48
F000177	8.883.000,00	09/05/2019	11:48:35

Página anterior << 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 >> Próxima página

Cabe ressaltar que a regra principal para detecção de comportamento de envio de lances suspeito é de proximidade de lances pelo próprio licitante, caso diversos lances sejam enviados em um espaço de tempo não razoável para um humano. Não é controlado o tempo entre lances de licitante A e B, que pode ter sido o que causou suspeita na parte que realizou a reclamação. Mas mesmo considerando tal parâmetro, o comportamento observado na sessão discutida é plenamente razoável, apresenta variabilidade de tempo e valor, e ainda tempos factíveis de serem realizados por qualquer pessoa atenta participando da sessão.

Neste sentido, não foram constatadas em nossas análises indícios de irregulares na seção de lances do processo, nem situação que caracterizaria provável uso de “robô” que teria sido utilizado ilegalmente para cobrir lances. Não identificamos, assim, razões suficientes que consubstanciem qualquer ação da equipe que processou a licitação em revisão ao processo realizado e finalizado.

A despeito das informações acima elencadas, e considerando uma hipotética e improvável procedência das alegações da Recorrente, cumpre-nos informar que a Primeira Câmara do TCEMG, após debates acerca do tema, não referendou, em sessão do dia 18 de junho de 2019, a decisão monocrática que acolheu a presente Denúncia número 1.066.880. **O aludido órgão colegiado asseverou não encontrar impedimentos legais para a utilização da robótica na realização de lances em pregões eletrônicos.**

É imprescindível salientar que na denúncia 1066880, formulada pela Recorrente, o TCEMG no Acórdão datado de 18/06/2019 assim se posicionou:

DENÚNCIA. MEDIDA CAUTELAR. PREGÃO ELETRÔNICO. FORNECIMENTO CONTÍNUO DE REFEIÇÕES E LANCHES PRONTOS PARA UNIDADES PRISIONAIS. APRESENTAÇÃO DE LANCES EM TEMPO IGUAL OU INFERIOR A UM SEGUNDO. UTILIZAÇÃO DE SOFTWARE ROBÓTICO DE REMESSA AUTOMÁTICA DE PROPOSTAS. PONDERAÇÃO NECESSÁRIA DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA COM OS PRINCÍPIOS DA ECONOMICIDADE, CELERIDADE E EFICIÊNCIA. OBSERVÂNCIA DA COMPETITIVIDADE NO CERTAME. DECISÃO MONOCRÁTICA NÃO REFERENDADA.

1. Não há nenhum impedimento legal para utilização de robótica em procedimentos da Administração Pública, especialmente na realização de lances em Pregão Eletrônico.
2. Tratando a questão de processos licitatórios, a otimização trazida pelo uso da robótica favorece a celeridade e eficiência, princípios caros à Administração Pública.
2. O uso de robô por si só não determina a vitória do licitante.

Nesse sentido, não foi referendada a decisão monocrática que determinou a suspensão do Pregão Eletrônico n. 46/2019, deflagrado pela Secretaria de Estado de Administração Prisional de Minas Gerais, **por entenderem que houve competitividade no certame e que os princípios da economicidade, celeridade e eficiência devem ser sopesados em conjunto com o da isonomia.** (grifamos)

Assim, não merecem prosperar as alegações da Recorrente, não havendo que se falar em ilegalidade no Processo Licitatório 1451044 000046/2019, haja vista que a empresa Aparecida Regina Cassarotti afirma que não fez uso de robô no presente certame, que a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais confirma que em sua análise, *não foram constatadas indícios de irregulares na seção de lances do processo, nem situação que caracterizaria provável uso de “robô” que teria sido utilizado ilegalmente para cobrir lances*, e que o posicionamento do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, quando do julgamento do caso concreto é no sentido de *que não há nenhum impedimento legal para utilização de robótica em procedimentos da Administração Pública, especialmente na realização de lances em Pregão Eletrônico. 2. Tratando a questão de processos licitatórios, a otimização trazida pelo uso da robótica favorece a celeridade e eficiência, princípios caros à Administração Pública. 2. O uso de robô por si só não determina a vitória do licitante.*

Desta feita, a Comissão entende infundado o apelo administrativo porque a decisão habilitadora tem apoio no edital e na lei, não tendo a Recorrente trazido fato ou direito novo que a elidisse.

### **II - 3. DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA ITEM 8.6.1.1 DO EDITAL**

A Recorrente cita que os atestados de capacidade técnica que foram acostados pela Recorrida não atendem ao item 8.6.1.1 do Edital por não terem no mínimo 1 (um) ano concluso de prestação de serviço. Especificamente ao atestado referenciado à linha 22 (SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ), período compreendido entre 06/11/2012 à 05/11/2015 (2 anos, 11 meses, e 28 dias) datado de 13/10/2016, alega que os quantitativos informados no referido atestados (1.259.250 unidades) se repetem em todas as refeições, que a empresa recorrida, vencedora do certame, apresentou atestado de 150 (cento e cinquenta) refeições dia, cumprindo a exigência mínimo ultrapassando apenas 1 (uma) refeição. No entanto, contesta a veracidade das informações prestadas, razão pela qual requer que a Comissão realize diligência para que a empresa forneça todas as notas fiscais que comprovem as informações contidas no atestado.

Em contrapartida, a empresa Recorrida afirma que todos os atestados apresentados foram emitidos por órgãos públicos, portanto todos são carecedores de fé pública e foram devidamente averbados pelo CRN e o Recorrente na qualidade de prestador de serviço no ramo alimentício, sabe como é burocrático para o CRN chancelar um atestado. *Inúmeros documentos e registros são solicitados, para que o CRN tenha a certeza que esta cancelando um serviço que foi efetivamente cumprido.* Por fim, assevera que a Recorrente se equivocou no quantitativo exigido em edital, que em um único atestado emitido pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, a recorrida comprovou servir mais que o dobro exigido em edital e que a atitude do recorrente apenas tem intuito de procrastinar o feito e atrasar a contratação.

A área técnica responsável, a Diretoria de Nutrição, consoante o Memorando.SEJUSP/DNU.nº 49/2019, 6603852, assim se manifestou:

Cumprimentando-o cordialmente, em atenção ao Memorando.SEJUSP/DCO.nº 803/2019 (6504532) que versa sobre recurso impetrado pela empresa **AC BATISTA ALIMENTAÇÃO LTDA**, em desfavor do ato de habilitação da empresa **APARECIDA REGINA CASSAROTTI** no pregão nº 46/2019, cujo objeto trata-se do fornecimento de alimentação para o **Presídio de São João Del Rei e Presídio de Resende Costa**, segue a manifestação técnica pertinente a área de competência.

#### **1. Da alegação:**

A Recorrente afirma, em síntese, que o Atestado de Capacidade Técnica, emitido pela Penitenciária Estadual de Londrina II, apresentado pela empresa **APARECIDA REGINA CASSAROTTI**, vencedora do certame, é suspeito, por apresentar o mesmo quantitativo em todas as refeições, além de se repetir linearmente durante o período de fornecimento. Alega também, que o total de refeições fornecidas ultrapassou apenas 1(uma) refeição do mínimo exigido no edital.

#### **2. Dos fatos:**